

## *A globalização pede reforma do trabalho por medida provisória*

Synésio Batista da Costa\*

Embora o noticiário econômico venha privilegiando os problemas que vão advir da crise de energia, o fato é que a globalização continua operando mudanças avassaladoras no dia-a-dia. Um bom paradigma dessas mudanças é o que ocorre mundialmente no setor de brinquedos. O que vou relatar a seguir já aconteceu ou está acontecendo com outros setores da indústria e do comércio. Em breve terá impactos sensíveis sobre o desenvolvimento e o emprego no Brasil, se não soubermos que rumo tomar.

O mercado global está saturado de brinquedos — como está de roupas, relógios, utensílios domésticos, ferramentas e quinquilharias ofertadas por ambulantes. O mercado não estaria saturado se o mundo inteiro dele participasse. Infelizmente, a exclusão social se encarrega de restringir o tamanho do mercado. E a globalização, como sempre foi dito, continua criando novas oportunidades numa ponta e gerando desemprego na sua outra ponta mais visível, a tecnológica.

Dentro dessa realidade, o número de crianças, nossos consumidores, está decrescendo no mundo. Não há previsão de que a renda real *per capita* vá aumentar. Ainda se vendem poucos brinquedos pela Internet e quem investiu por aí está tomando prejuízos. Cresce o volume de brinquedos com tecnologia embarcada.

Está aumentando a concentração dos principais clientes da indústria do setor, as grandes redes de atacado e varejo. Vinte destes clientes detêm 65% do negócio. Tal con-

centração é irreversível e deverá se acentuar, para desespero de quem, do lado da indústria, pensa que ainda pode negociar preço e prazo de pagamento.

A guerra comercial é forte dentro do Primeiro Mundo. Barreiras colocadas ao consumo de brinquedos fabricados na Ásia surtiram efeito. As principais empresas norte-americanas estão transferindo suas plantas fabris da Ásia para o México. Temem perder mercado, pois os brinquedos asiáticos não estão submetidos a normas de segurança e são fabricados por crianças e até por mão-de-obra escrava constituída de prisioneiros.

Ao mesmo tempo, as 6 mil fábricas independentes na China envelheceram, não criaram novos brinquedos, assistem a uma redução dos pedidos e da lucratividade. A entrada da China na OMC a forçará à realização de ajustes na mão-de-obra, o que significa elevação de custos. As indústrias instaladas em Taiwan e Coréia fecharam e migraram para Vietnã e Malásia, que oferecem mão-de-obra mais barata. Norte-americanos, chineses continentais e os de Hong Kong brigam entre si.

Na Europa, há movimentos díspares. Enquanto os fabricantes fazem de tudo para aumentar suas vendas, “criando” até um Dia da Criança, na Grécia o governo acabou de proibir a publicidade de brinquedos cinco minutos antes e cinco minutos depois de qualquer programa infantil, Dinamarca, Itá-

\* O autor é presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ) e da Associação Brasileira dos Fabricantes de Produtos e Equipamentos Ópticos (ABIÓTICA) e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

lia, Bélgica e Irlanda estudam regras mais rígidas. Campanhas ecológicas, sem fundamento científico, obrigaram fabricantes a mudarem matérias-primas. Países do Leste Europeu acenam com pedidos de importação de brinquedos. Alguém se arrisca a vender para eles?

No meio dessa guerra, indústrias e governos norte-americanos, europeus e japoneses tentam a todo custo destruir a salvaguarda para brinquedos estabelecida pelo governo brasileiro dentro das regras da OMC. Quando cogitam de desovar alguma ponta-de-estoque, aquelas fábricas pensam primeiro no Brasil. O mesmo ocorre com lotes fabricados fora das especificações de segurança, importações fraudadas, produtos pirateados e contrabando.

Se ainda quiserem estar vivos até o final da década, o setor de brinquedos e muitos outros no Brasil precisarão se fortalecer, operar fusões, usar a criatividade e a agressividade comercial. O governo daria uma bela contribuição se acelerasse algumas medidas, como a reforma tributária e a ampliação dos prazos de recolhimento dos tributos para desonerar o setor produtivo, e implementasse outras ainda mais corajosas, para gerar renda e emprego.

E aqui vamos ao tema central desta análise: como tudo isso impacta nosso indicador de emprego — que certamente não crescerá como prevíamos em 2001, devido à crise de energia.

Se de um lado a indústria em geral contratou mais gente em 2000 que no ano anterior, de outro lado também foram realizados investimentos em tecnologia, modernização de produto e de gerenciamento, racionalização do processo de produção, informatização em diversos níveis. O mesmo ocorreu no setor de brinquedos.

Ocorre que tais investimentos tecnológicos provocam desemprego médio em torno de 5% para cada subsetor industrial. Para contrabalançar esse efeito e manter o nível de emprego, é preciso elevar o volume da produção, aumentando a escala econômica. Como essa elevação dificilmente ocorrerá em

2001, vamos torcer para não termos mais demissões que contratações.

Assim, está na hora de retomar a reforma trabalhista, que andou parada, e propor uma agenda de modernização das relações de trabalho compatível com os desafios impostos pela globalização.

As novas modalidades na organização do trabalho, como tempo parcial, subcontratação, terceirização, horário flexível, cooperativas, trabalho a distância, teletrabalho, trabalho temporário e trabalho em equipe, exigem uma legislação adequada, para não ocasionar a informalidade.

O governo até que tentou promover debates para propor uma reforma da legislação trabalhista, mas foi obrigado a “engavetar” as tentativas, em razão de fatores políticos desfavoráveis.

As tentativas para mudança da legislação social têm sido encaminhadas das seguintes formas:

- propostas de emendas constitucionais (PEC);
- alterações parciais da atual legislação; e
- criação de comissões para uma revisão total da legislação.

Nenhuma dessas alternativas vingará no país, a curto ou médio prazo, pois param no Congresso, por contrariar diferentes interesses, ocasionam “retalhos” que não obtêm os resultados pretendidos ou demoram tanto que nunca se conclui nada.

A proposta de modernização que fazemos é a possibilidade da prevalência do negociado sobre o legislado. Esse conceito não é novo, mas também, apesar de inúmeras discussões e muitas concordâncias, não se obtém sua prática.

Para evitar que ela se arraste por anos a fio no Congresso, propomos sua adoção por medida provisória. Mesmo que se questione a MP como antidemocrática, é o caminho possível para sairmos da inércia nesse cam-

po. A globalização tem pressa e não podemos mais titubear.

Tal medida deveria ser proposta em analogia com o artigo 7º, da Constituição Federal, incisos VI (irredutibilidade do salário), XIII (duração do trabalho), XIV (jornada de seis horas em turnos) e XXVI (reconhecimento das convenções e acordos coletivos), que permitem mudanças através da negociação coletiva.

Basicamente o que se pretende é a possibilidade da prevalência do negociado sobre o legislado, dentro das seguintes hipóteses:

- a legislação é mantida quando não ocorrer a negociação coletiva;
- poderá ocorrer negociação, excluindo-se os preceitos constitucionais e os seguintes capítulos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do salário mínimo, da segurança e da saúde do trabalhador e da proteção do trabalho do menor, considerados de ordem pública por interesse social; e
- a negociação deverá ocorrer, com algumas medidas de proteção.

Alguns outros pontos poderiam ser mais bem equacionados, como: prevalência dos acordos coletivos sobre as convenções coletivas; solução do impasse pela mediação ou arbitragem de ofertas finais; aplicação para todos os empregados, inclusive os pertencentes às categorias diferenciadas; e retorno às condições anteriores, se não renovada a convenção ou acordo coletivo.

O atual modelo legal, tendo em vista sua abrangência, inibe a negociação coletiva. Para se alcançar uma modernidade nas relações do trabalho, torna-se necessário permitir de imediato a predominância do entendimento entre as partes.

É necessário que o discurso seja transformado em realidade, adotando-se a estratégia do “possibilismo”, isto é, fazendo o que é possível já, até que possíveis reformas sejam obtidas.

A tarefa é urgente! Vamos a ela.

